

Começa em São Paulo encontro dos servidores dos Poderes Legislativos



Público formado por representantes de entidades de vários Estados

DA REDAÇÃO

O XV Encontro da Federação Nacional dos Servidores dos Poderes Legislativos Estaduais e do Distrito Federal (Fenal) teve início nesta quarta-feira, 11/6, no Auditório Franco Montoro da Assembléia Legislativa de São Paulo. As críticas à proposta de reforma da Previdência deram o tom da cerimônia, que contou com a participação de representantes de associações e sindicatos de diversos Estados.

“Estranhamos que o PT ataque aqueles que sempre estiveram ao seu lado e conclamamos todos para a luta contra a supressão dos direitos dos servidores”, disse o presidente da entidade, Francisco Raposo, da Bahia, ao criticar a Proposta de Emenda Constitucional 40/2003, que trata da reforma previdenciária, apresentada pelo governo federal.

“Vivemos um momento de perplexidade; a PEC 40 caiu como uma bomba em nossas cabeças. Ela contraria tudo o que foi dito e prometido no período pré-eleitoral”, acrescentou João Bosco, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Poder Legislativo do Estado de São Paulo (Sindalesp). Ele atacou também o Projeto de Lei Complementar 9/2003, que aumenta a contribuição previdenciária dos servidores do Estado de São Paulo e

está em discussão na Assembléia Legislativa.

Francisco Raposo destacou ainda o esforço da Fenal em se engajar na luta dos servidores públicos e dos trabalhadores em geral. Para ele, além de reivindicar melhores salários e condições de trabalho, é preciso lutar por um legislativo forte e atuante

Participaram da mesa de abertura dos trabalhos, além de Raposo, o presidente da Associação dos Funcionários da Assembléia Legislativa de São Paulo, José Carlos Gonçalves; o vice-presidente da Fenal/Sudeste, Joalve dos Santos; o secretário geral parlamentar da Assembléia, Auro Augusto Caliman; a chefe do Gabinete da Presidência do Legislativo paulista, Marília Saraiva de Campos; e Ademar de Barros, ex-deputado e presidente da Associação dos Parlamentares do Estado de São Paulo.

Para Auro Augusto Caliman, o encontro deve ter também a função de troca de experiências entre os Legislativos dos Estados em áreas como a informatização do processo legislativo nas diversas Assembléias.

O encontro, organizado pela Afalesp e pelo Sindalesp, se estenderá até 13/6. Ao longo desses três dias, haverá palestras e debates sobre temas pertinentes aos servidores públicos, como a reforma da Previdência, o papel dos sindicatos e das associações e a negociação coletiva de trabalho no setor público.



INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELAS ASSESSORIAS DE IMPRENSA DOS DEPUTADOS

Taxas da Oficina Grande Otelo incomodam alunos

DA ASSESSORIA DA DEPUTADA MARIA LUCIA AMARY
mlamary@al.sp.gov.br

Inconformada com os transtornos causados pela cobrança de taxa para a participação em cursos da Oficina Grande Otelo, em Sorocaba, a deputada Maria Lúcia Amary (PSDB) solicitou ao secretário adjunto da Cultura, Edmur Mesquita, que sejam promovidas alterações no processo o quanto antes possível.

A deputada foi informada por pessoas que se inscreveram em cursos oferecidos pela Oficina Cultural de que o valor da taxa (R\$ 3 por três meses de curso) não é alto e não incomoda, mas o fato de ter de pagar no banco atrapalha. “Vários alunos estão tendo de enfrentar longas filas para o pagamento e isto causa perda de tempo

e irritação, principalmente pelo valor.”

Maria Lúcia pediu ao secretário adjunto que seja estudada outra forma de fazer a cobrança, na própria Oficina ou em lotéricas, por exemplo. Mesquita se comprometeu a levar a queixa para a titular da pasta, Cláudia Costin, que determinou a cobrança.

“Há também a informação, divulgada pelos jornais, de que alguns alunos estariam sendo retirados da aula por não terem feito o pagamento”, disse a deputada, salientando, no entanto, que o responsável pela Oficina, Manoel Rodrigues, garantiu que isso não ocorre.

A secretária Costin determinou a criação da taxa como forma de manter um fundo de investimentos a ser aplicado na própria Oficina, como na compra de materiais de manutenção.

PLENÁRIO

Coerência e honestidade

As críticas ao vice-presidente José de Alencar foram o foco do pronunciamento do deputado **Rafael Silva** (PSB). Na opinião do deputado, as declarações de Alencar defendendo a baixa dos juros mostram coerência e honestidade. “A nação como um todo está pagando pela situação de juros altos”, afirmou Silva, acrescentando que nas eleições o povo escolheu os que defendiam os trabalhadores e a geração de empregos. Dirigindo-se às galerias lotadas de servidores públicos, que viajavam e apitavam sem parar, disse: “Como podemos ter um país desenvolvido, se vocês vêm a esta Casa e não conhecem a posição deste deputado, que é contra a Reforma? Sempre mantive a coerência, nosso trabalho de parlamentar é de grande seriedade”, disse Silva.



Os verdadeiros vilões

O deputado **Romeu Tuma** (PPS) usou a tribuna para reafirmar sua posição contrária à reforma da Previdência proposta pelo Executivo. Na opinião de Tuma, tanto o governo federal como o estadual deveriam, antes de passarem a imagem do servidor público como a do vilão, cobrar os sonegadores do INSS. “Assim o servidor não seria penalizado.” Tuma se dirigiu aos representantes dos servidores nas galerias, destacando ser ele também funcionário público há 24 anos e conhecedor de como o servidor paga pelos roubos como os realizados pela sra. Georgina. “As manifestações devem ser com palavras, não joguem nada, a população tem de saber que não somos os vilões. A reforma, no meu entender, é inconstitucional. Se passar aqui, com certeza, irá cair no Judiciário, confio neste poder. Voto com consciência. E nesta Casa existem vários deputados que também votam com sua consciência. Por isso, não aceito que o PT rotule todos os outros partidos da Casa como base governista”, ressaltou o deputado.



Mais tempo para discussão

Cumprimentando as lideranças de servidores presentes, o deputado **Nivaldo Santana** (PCdoB) disse que esteve reunido pela manhã com os representantes da Apeoesp e do SindSaúde. Corroborou o discurso feito pelo deputado Rafael Silva e disse que, como membro e vice-presidente da Comissão de Relações do Trabalho, de origem sindical, entende e respeita as regras da democracia. Disse ainda que cada um tem direito de se expressar, as divergências existem e são legítimas as manifestações contrárias. “A reforma do governo Alckimin é prematura. Nós precisamos discuti-la por mais tempo e ouvir todos os lados”, salientou Santana.



Conceito de democracia

O deputado **João Caraméz** (PSDB), em seu discurso, dirigiu-se à galeria lotada por representantes dos servidores: “Estou aqui nesta Casa pelo povo, para representá-lo com dignidade e honrabilidade e para dizer a verdade. A maioria das pessoas que estão se manifestando não é de funcionários públicos. Trago aqui a prova de que os elementos que ontem invadiram o plenário de forma agressiva são os mesmos que agrediram o então governador Mário Covas”, disse Caraméz, mostrando fotos da época e as de ontem, para comprovar suas palavras. Destacou o reconhecimento que o servidor público deve ter, dizendo entender que a democracia deve ser praticada por todas as partes verdadeiramente engajadas da sociedade.

